



**I3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE
DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

AJUSTE DIRETO N.º 04/2021_I3S

Aquisição de Kits de Detecção/Ampliação de RNA Viral

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

AJUSTE DIRETO



Índice

Artigo 1.º - Identificação e objeto do Procedimento.....	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º - Órgão que Tomou a Decisão de Contratar	3
Artigo 4.º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento.....	3
Artigo 5.º - Convite e Entidade Convidada	3
Artigo 6.º - Gestão do Procedimento.....	3
Artigo 7.º - Acesso às Peças do Procedimento.....	4
Artigo 8.º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento.....	4
Artigo 9.º - Impedimentos e sua Revelação	4
Artigo 10.º - Documentos que Constituem a Proposta.....	4
Artigo 11.º - Preço Base e Indicação do Preço.....	5
Artigo 12.º - Modo de Apresentação da Proposta.....	5
Artigo 13.º - Prazo para Apresentação da Proposta.....	5
Artigo 14.º - Prazo de Manutenção da Proposta.....	5
Artigo 15.º - Propostas Variantes.....	6
Artigo 16.º - Análise das Propostas e Adjudicação.....	6
Artigo 17.º - Documentos de Habilitação	6
Artigo 18.º - Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar	7
Artigo 19.º - Falsidade dos Documentos e Declarações.....	7
Artigo 20.º - Prestação de Caução e Confirmação de Compromissos	7
Artigo 21.º - Celebração do Contrato.....	7
Artigo 22.º - Outras Disposições	8
Artigo 23.º - Contagem de Prazos.....	8
Artigo 24.º - Despesas e Encargos	8
Artigo 25.º - Prevalência.....	9
Artigo 26.º - Sigilo.....	9
Artigo 27.º - Partes Integrantes, Direito e Legislação Aplicáveis	9
ANEXO I - Modelo de Declaração	11
ANEXO II - Modelo de Proposta.....	13
ANEXO III - Modelo de Declaração	15



Artigo 1.º - Identificação e objeto do Procedimento

1. O procedimento é designado por Ajuste Direto com a referência AD 04/2021_I3S, tendo em vista a aquisição de *Kits de Detecção/Ampliação RNA Viral*, objeto que obedece aos termos das especificações e condições constantes do Anexo I - Especificações Técnicas, do Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição tem a Classificação CPV 33141625-7 - Kits de diagnóstico.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

I3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto – Associação ("I3S")

NIF 515 769 053 | Rua Alfredo Allen, 208 | 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt

Artigo 3.º - Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Direção do I3S, Órgão Competente para a decisão de contratar, em 26 de outubro de 2021.

Artigo 4.º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento

O procedimento é por ajuste direto ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, 29/1 e demais legislação e regulamentação aplicáveis, adiante designado por "CCP", em especial, nos termos e efeitos do disposto no Art.º 16.º, n.ºs 1, alínea a) e 2 alínea d); subalíneas ii) e iii) da alínea e), n.º 1 do artigo 24.º; Art.º 36.º n.º 1; Art.º 38.º; e Arts.º 112.º e seguintes..

Artigo 5.º - Convite e Entidade Convidada

O I3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto - Associação, convida a empresa *Alfagene, Novas Tecnologias das Ciências da Vida, Lda*, a apresentar proposta no âmbito de um procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, adotado para a celebração de um contrato para a *Aquisição Kits de Detecção/Ampliação RNA Viral*.

Artigo 6.º - Gestão do Procedimento

O procedimento é conduzido pelos serviços competentes do I3S, na pessoa do Responsável pelo ajuste direto para a aquisição dos bens em causa designado pela Direção do I3S, em 26/10/2021, disponível para consulta no processo administrativo, à guarda do Gabinete de Aprovisionamento, com o endereço correio eletrónico procurement@i3s.up.pt e com o horário de expediente das 9:00-12:30 e 14:00-17:30 horas.



Artigo 7.º - Acesso às Peças do Procedimento

1. O processo do procedimento é, atento ao disposto nos artigos 40º, n.ºs 1, al. a), e 2; 42º e 114º do CCP, constituído pelo convite à apresentação de proposta e pelo caderno de encargos, bem como pela ademas documentação que dele faça parte integrante.
2. As peças do procedimento poderão ser obtidas através de download na página do I3S, <https://www.i3s.up.pt/public-procurement>

Artigo 8.º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do procedimento são da competência do I3S, devendo os respetivos pedidos serem dirigidos para o seguinte endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt. Os esclarecimentos devidos serão prestados pela mesma via.

Artigo 9.º - Impedimentos e sua Revelação

1. O Adjudicatário não se pode encontrar em nenhuma das situações previstas no Artigo 55º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o vertido nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55º aplica-se os regimes de regularização de dívidas fiscais e dívidas à Segurança Social.
3. O Adjudicatário, caso se encontre numa das situações referidas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 do artigo supramencionado, poderá demonstrar a sua idoneidade para a execução do contrato, designadamente, mediante:
 - a. Demonstração de que ressarciu ou tomou medidas para ressarcir eventuais danos causados pela infração penal ou falta grave;
 - b. Esclarecimento integral dos factos e circunstâncias por meio de colaboração ativa com as autoridades competentes;
 - c. Adoção de medidas técnicas, organizativas e de pessoal suficientemente concretas e adequadas para evitar outras infrações penais ou faltas graves.
4. Não obstante, pelo cumprimento, pelo Adjudicatário, do disposto nas alíneas anteriores, a Entidade Adjudicante poderá decidir pela não relevação do impedimento.

Artigo 10.º - Documentos que Constituem a Proposta

1. Além da declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP (cujo modelo constitui o *Anexo I* ao presente Convite), a proposta deve ser instruída pelos seguintes documentos:
 - a) Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo II* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
 - b) Outros documentos, que o concorrente considere indispensáveis, por conterem atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar. No entanto, a



informação contida nos referidos documentos, deverá limitar-se ao estritamente necessário para a caracterização da aquisição de bens objeto do contrato, até ao limite de **5 (cinco) páginas** apresentadas pelo concorrente. Caso seja excedido este limite, as páginas excedentes não serão consideradas para qualquer efeito.

2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa e assinados pelo convidado ou pelo seu representante legal com poderes para o obrigar ou, ainda por mandatário, sendo que neste caso deverá juntar-se o respetivo instrumento de mandato.

Artigo 11.º - Preço Base e Indicação do Preço

1. O preço base previsto na cláusula 2ª do caderno de encargos, é de € 69 500 (sessenta e nove mil e quinhentos euros).
2. Os preços das propostas, devem incluir todos os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar e deverão ser indicados em euros, em algarismos.
3. Os preços estão isentos do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) ao abrigo do n.º2, da Lei 13/2020, de 7 de maio, na sua redação vigente e período de produção de efeitos legais.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais mais decompostos.

Artigo 12.º - Modo de Apresentação da Proposta

1. A proposta relativa ao presente procedimento deverá ser submetida, através da página de Internet do I3S, cujo acesso é gratuito: <https://www.i3s.up.pt/public-procurement>.
2. Poderão submeter até um máximo de 10 ficheiros com uma dimensão individual, máxima, de 26MB e nos seguintes formatos: pdf; zip, rar, xls, docx, doc e odt. Após a submissão, a entidade convidada receberá uma confirmação, via correio eletrónico, do ato.
3. Alertamos que apenas ficará autorizado a aceder ao nosso portal, para efeitos de submissão de proposta, o(s) endereço(s) de correio eletrónico por nós autenticado(s), juntamente com a chave do tipo "c5651f87c86dfdb3473e027ec8a28abb8958db" fornecida aquando do envio do convite deste procedimento.
4. Será da responsabilidade da entidade convidada qualquer problema que ocorra no envio ou receção de mensagens de correio eletrónico de dimensão excessiva.

Artigo 13.º - Prazo para Apresentação da Proposta

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser submetidos até dia **28 de outubro de 2021**.

Artigo 14.º - Prazo de Manutenção da Proposta

A proposta será válida pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.



Artigo 15.º - Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 16.º - Análise das Propostas e Adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o Órgão Competente para a decisão de contratar aceita a proposta apresentada, sendo feita de forma global.
2. Após a análise da proposta, o Órgão Competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação e notifica-a, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, sendo que, juntamente com tal notificação, notifica-o ainda nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

Artigo 17.º - Documentos de Habilitação

1. Em caso de adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar, nos termos do artigo 81.º do CCP e legislação complementar aplicável, os seguintes Documentos de Habilitação no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da notificação da decisão de adjudicação:
 - a. Declaração, sob compromisso de honra, elaborada em conformidade com o modelo constante do [Anexo III](#) ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP.
2. O Adjudicatário (ou um subcontratado) nacional de Estado signatário do Acordo sobre o EEE ou Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.
3. Os documentos são redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais, e apresentados no endereço, salvo se disponíveis na Internet, caso em que pode, em substituição, indicar-se o endereço do sítio onde podem ser consultados e a informação necessária à consulta, desde que o sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. O Órgão Competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao Adjudicatário, ainda que tal não conste deste Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
5. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no presente artigo anterior através do endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt
6. A não apresentação dos documentos de habilitação nos termos previstos no presente artigo implica a caducidade da adjudicação (vide artigo 86.º do CCP).



Artigo 18.º - Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar

1. Não haverá lugar à adjudicação quando se verifique uma das causas previstas no artigo 79º do CCP.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 79º do CCP.
3. Determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da Entidade Adjudicante ou do Adjudicatário ou por insolvência deste, à luz do artigo 87º-A do CCP.
4. A decisão de não adjudicação referida nos números anteriores determina a revogação da decisão de contratar, nos termos estabelecidos no artigo 80º do CCP.

Artigo 19.º - Falsidade dos Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 20.º - Prestação de Caução e Confirmação de Compromissos

1. Nos termos do disposto no n.º 2 alínea a) do artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.
2. O Adjudicatário deve, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. A não confirmação de compromissos é regulada nos termos do disposto no artigo 93.º do CCP.

Artigo 21.º - Celebração do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, notificando-a ao adjudicatário, considerando-se por este aceite quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes, sendo as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito da responsabilidade do adjudicatário, sem prejuízo dos impostos legalmente devidos pelo mesmo.
2. Presente o estatuído nos artigos 94.º a 106.º do CCP, em especial o preceituado no artigo 94.º do CCP, o contrato é reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, sendo da responsabilidade do Adjudicatário todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, incluindo os impostos legalmente devidos pelo Adjudicatário.



3. Para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 97.º do CCP, sem prejuízo do determinado nos n.ºs. 2 e 3 do mesmo artigo, o preço contratual é o preço a pagar, pela Entidade Adjudicante, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
4. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.

Artigo 22.º - Outras Disposições

1. A Entidade Adjudicante pode, a todo o tempo, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo Adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número precedente, o Adjudicatário obriga-se a prestar todos os esclarecimentos, tidos por necessários pela Entidade Adjudicante, relativamente à proposta apresentada.
3. Os preços constantes da proposta devem, sempre, incluir todas as despesas e os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar, nomeadamente devem logo refletir todos os custos, encargos e despesas inerentes à aquisição em causa, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente os atinentes ao fornecimento do objeto do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e, bem assim, demais custos inerentes por natureza e por cumprimento de disposições legais, regulamentares e concursais atinentes ao fornecimento em causa, nos termos das especificações e com as características e nas condições constantes do Caderno de Encargos do presente procedimento.
4. Em sede da matéria respeitante à falsidade de documentos e declarações, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, em concordância com o gizado no artigo 87.º do CCP.

Artigo 23.º - Contagem de Prazos

A contagem dos prazos relativos ao presente procedimento de formação de contrato é regulada nos termos do disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 24.º - Despesas e Encargos

Todas as despesas relacionadas com a participação no presente procedimento, incluindo as relacionadas com a elaboração e apresentação de propostas e de documentos de habilitação e com a celebração do contrato, constituem encargos do Adjudicatário.



Artigo 25.º - Prevalência

1. Em caso de divergência entre os esclarecimentos e as retificações e as peças do procedimento a que dizem respeito, de que fazem parte integrante, prevalecem os primeiros.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º, do referido diploma legal e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma.

Artigo 26.º - Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar, nos termos legais, o necessário sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com o presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente ao presente procedimento.
3. A obrigação referida nos números anteriores é extensível aos agentes, funcionários, trabalhadores e colaboradores do Adjudicatário, incluindo contratados, bem como é extensível a terceiros que os mesmos envolvam.
4. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do termo, por qualquer causa, do presente procedimento, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 27.º - Partes Integranes, Direito e Legislação Aplicáveis

1. Fazem parte integrante deste convite todos os seus anexos, referenciados nos artigos antecedentes.
2. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa, sendo que ao procedimento e em tudo o omissso e ou que não esteja especialmente previsto neste convite aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação e regulamentação aplicáveis, e, se for o caso, o estatuído no caderno de encargos deste procedimento.

Junta: 3 anexos ao Convite

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 9 DE 15

INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Porto, 26 de outubro de 2021



ANEXO I - Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1- [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ¹ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto com a referência **AD 04/2021_I3S**, para a **Aquisição de Kits de Detecção/Ampliação de RNA Viral** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

- a) Anexo I – Declaração;
- b) Anexo II – Modelo de proposta;
- c) ...;

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação das sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57º do CCP.



6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura⁴]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos



ANEXO II - Modelo de Proposta

..... [nome], na qualidade de representante legal de ⁵ [firma],
número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,
números de identificação fiscal e sedes e capitais sociais], tendo tomado inteiro e perfeito
conhecimento do convite e do caderno de encargos do procedimento, relativo à execução
do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto com a referência AD
04/2021_I3S, para a *Aquisição de Kits de Detecção/Ampliação de RNA Viral* declara sob
compromisso de honra, que a sua representada se propõe executar, em conformidade com
o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as
cláusulas, e legislação aplicável, o objeto do contrato a celebrar, nos termos das
especificações e com as características e nas condições constantes do caderno de encargos
do presente procedimento e pelo(s) seguinte(s) atributo(s):

- i. Preço proposto para o kit (referência A48067) é de ...€ (por algarismos e extenso)
[completar] (vide Anexo I do Caderno de Encargos)
- ii. Preço proposto para o kit (referência A49867) é de ...€ (por algarismos e extenso)
[completar] (vide Anexo I do Caderno de Encargos)
- iii. Preço proposto para o kit (referência A51334) é de ...€ (por algarismos e extenso)
[completar] (vide Anexo I do Caderno de Encargos)
- iv. Preço global proposto é de ...€ (por algarismos e extenso) [completar] (vide ponto 13 e
Anexo I do Caderno de Encargos)

Código de acesso à Certidão Permanente da empresa [completar]

Comunicações e notificações:

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [completar]

Morada: [completar]

Endereço de correio eletrónico: [completar]

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal
em vigor, se legalmente aplicável e de acordo com as normas em vigor.

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas



Mais declara(m) que se submete(m), em tudo o que respeitar ao objeto do procedimento, e à execução do contrato ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor e ao foro do Tribunal da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

[Local], [Data], [Assinatura⁶]

⁶ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos



ANEXO III – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1- [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], sendo Adjudicatário(a) no procedimento de Ajuste Direto com a referência AD 04/2021_I3S, para a *Aquisição de Kits de Detecção/Ampliação de RNA Viral* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;⁷

2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁸] os documentos comprovativos de que a sua representada⁹ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura¹⁰]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁷ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁸ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

¹⁰ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos